



RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

A resposta ao aumento do extremismo violento no Sahel

POR PAULINE LE ROUX

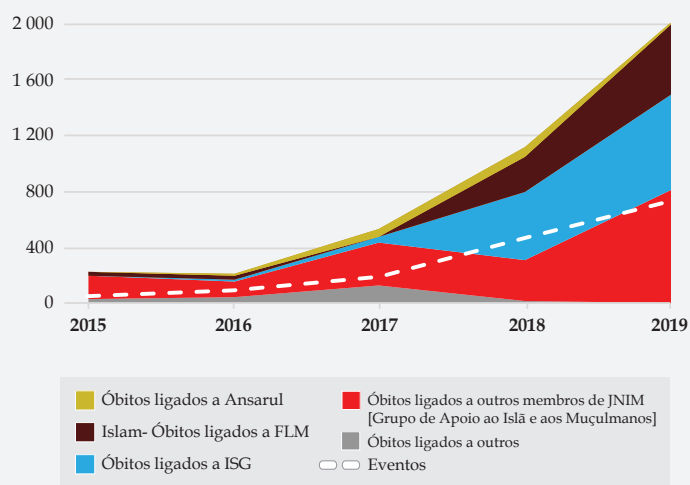
DESTAQUES :

- A atividade violenta que envolve grupos islâmicos militantes no Sahel - principalmente a Frente de Libertação do Macina, o Estado Islâmico no Grande Saara, Ansarul Islam (“Defensores do Islão”) - duplicou a cada ano desde 2015.
- Utilizando táticas assimétricas e estreita coordenação, estes grupos militantes intensificaram as queixas locais e as diferenças intracomunitárias, como forma de mobilizar o recrutamento e de promover sentimentos antigovernamentais nas comunidades marginalizadas.
- Face às complexas dimensões sociais desta violência, os governos do Sahel deveriam desenvolver esforços mais concentrados a fim de fortalecer a solidariedade para com as comunidades afetadas, enquanto reforçam uma presença de segurança mais robusta e flexível nas áreas disputadas.

O Sahel tem assistido nos últimos anos, ao mais rápido crescimento da atividade de grupos militantes islâmicos superior a qualquer outra região da África. Os eventos violentos que envolvem grupos extremistas na região têm duplicado anualmente desde 2015. Em 2019, houve mais de 700 episódios violentos (Cf. Figura 1). As mortes associadas a esses eventos aumentaram de 225 para 2.000, durante o mesmo período. Este aumento da violência desalojou mais de 900.000 pessoas, incluindo 500.000 do Burkina Faso, apenas em 2019.

Três grupos, a Frente de Libertação do Macina, (FLM),¹ o Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS),² e o Ansarul Islam,³ são responsáveis por cerca dos dois terços da violência extremista no Sahel central.⁴ Os seus ataques concentram-se principalmente no centro do Mali, no norte e no leste do Burkina Faso, no oeste do Níger (Cf. Figura 2). Diversas respostas securitárias e de desenvolvimento foram implementadas para responder a esta crise. Embora tenha havido alguns progressos, o agravamento

FIGURA 1. TENDÊNCIAS NA ATIVIDADE DE GRUPOS MILITANTES EXTREMISTAS NO SAHEL



Fonte de Dados: Projeto Dados do Evento e do Local do Conflito Armado (ACLED)

Estes grupos utilizaram igualmente estes sentimentos de injustiça e descontentamento para fomentar a discórdia entre as comunidades, incitando à violência. O ISGS tem explorado a fúria causada pelo furto de gado para exacerbar as tensões entre os nômadas tuaregue, vistos como ladrões de gado, e os pastores Fulani ao longo da fronteira do Níger-Mali.⁵ A crescente animosidade entre estes dois grupos aumentou a insegurança nestas áreas. Da mesma forma, a FLM recorreu às profundas insatisfações e mágoas locais para explorar as divisões sociais entre Fulani e outros grupos locais, como os Bambara e os Dogon. Estas recriminações degeneraram em confrontos étnicos no centro do Mali.

Ibrahim Dicko utilizou uma estratégia semelhante ao criticar as hierarquias religiosas e tradicionais as quais organizaram a política e a sociedade na província de Soum no Burkina Faso. Dicko argumentou que esta ordem social em Soum beneficiou desproporcionalmente os chefes tradicionais e líderes religiosos em detrimento da população em geral. Quando as forças de segurança na busca de militantes islâmicos do Mali utilizaram táticas repressivas no Soum, Dicko transformou os eventos numa narrativa de protestos direcionadas contra o governo central e contra a suposta cumplicidade dos líderes tradicionais para lançar a violenta campanha de Ansarul Islam.

Embora estes grupos beneficiem do alastrar da insegurança, até agora, ainda não conseguiram criar um apoio significativo dentro das comunidades locais. Mesmo assim, as suas táticas tornam mais difícil a resposta dos governos da região ao desafio de garantir a segurança.

Enfraquecimento do governo

Como parte do seu esforço para contestar a autoridade governamental nas áreas remotas onde operam, a FLM, o Ansarul Islam, e o ISGS têm como alvo as forças de segurança, professores, funcionários públicos e membros da comunidade que, supostamente, colaboram com os representantes do governo. O vazio gerado pela diminuição da presença do governo proporciona aos grupos militantes mais poder para influenciar as comunidades afetadas. Com o tempo, houve um crescimento das atividades desses grupos que envolveram ataques violentos sobre civis. O Ansarul Islam destacou-se neste sentido, com 55 por cento dos eventos violentos atribuídos ao grupo visando civis.

Assim, nas comunidades intimidadas têm crescido a hesitação em colaborar com as forças de segurança. Por vezes, isto tem gerado suspeitas pelas forças de segurança, especialmente no Mali e no Burkina Faso, levando a represálias coletivas e a abusos dos direitos humanos. Isso deteriorou ainda mais os níveis de confiança entre as comunidades e as forças de segurança.

A FLM e o Ansarul Islam têm procurado ativamente incorporar este ciclo nas suas narrativas de radicalização, destacando os abusos e o desinteresse do governo pelas comunidades locais. Em contraste, o ISGS não parece ter desenvolvido uma narrativa de vertente ideológica sustentada ou coesa. Em vez de conquistar novos membros, o grupo tem se concentrado em ampliar o campo de batalha e explorar as fronteiras do país utilizando táticas de grande mobilidade para atingir objetivos no Mali, no Burkina Faso, e no Níger.

Altos Níveis de Adaptação e de Coordenação

Uma outra característica comum aos três grupos é a sua adaptabilidade e coordenação. O aperecimento do *Jama'at Nusrat al Islam wal Muslimeen* [Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos] (JNIM) em 2017, uma coligação de grupos militantes islâmicos na região do Sahel, reflete uma estrutura organizacional complexa a qual serve vários propósitos. Embora não seja uma entidade operacional em si, o JNIM facilita as comunicações e a coordenação entre os grupos afiliados, para mitigar os conflitos internos. Tal reflete-se na concentração geográfica da atividade dos grupos-membros (Cf. Figura 2). Como qualquer organização coordenadora de outras, o JNIM protege igualmente os seus membros de atenção indesejada. Por exemplo, embora a FLM seja o principal ator militar no centro do Mali, a sua aliança estratégica através do JNIM, ofusca o alcance das suas atividades, o que permite manter assim um perfil internacional relativamente discreto, e evitar maior atenção estrangeira.

Embora não faça oficialmente parte da coligação, o ISGS mantém vínculos estreitos com os membros do JNIM, o que facilita a coordenação das respetivas atividades. A capacidade e a predisposição do ISGS para coordenar com o JNIM permite-lhes eliminar atividades conflitantes enquanto expande as áreas nas quais operam os seus militantes. A coordenação comprova igualmente que, apesar da separação oficial da rede da Al-Qaida em 2015, o ISGS continua a operar como afiliado da Al-Qaida, embora mantenha uma ligação simbólica ao ISIS.

O Ansarul Islam passou por uma transição de liderança após a morte do Dicko em 2017, o que resultou numa onda de ataques reivindicados em 2018. O número dos eventos violentos atribuídos ao Ansarul Islam diminuiu drasticamente. Com o declínio das atividades documentadas do Ansarul Islam, os ataques ligados ao JNIM aumentaram no norte do Burkina Faso, sugerindo que vários combatentes do Ansarul Islam se possam ter juntado às fileiras da coligação ou que simplesmente se tenham voltado para as atividades criminosas. Portanto, enquanto o declínio das capacidades do Ansarul Islam aponta para os efeitos de uma pressão militar contínua, a adaptabilidade dos grupos militantes islâmicos na região continua a impedir os esforços para os derrotar.

INICIATIVAS PROMISSORAS EM CURSO NA REGIÃO

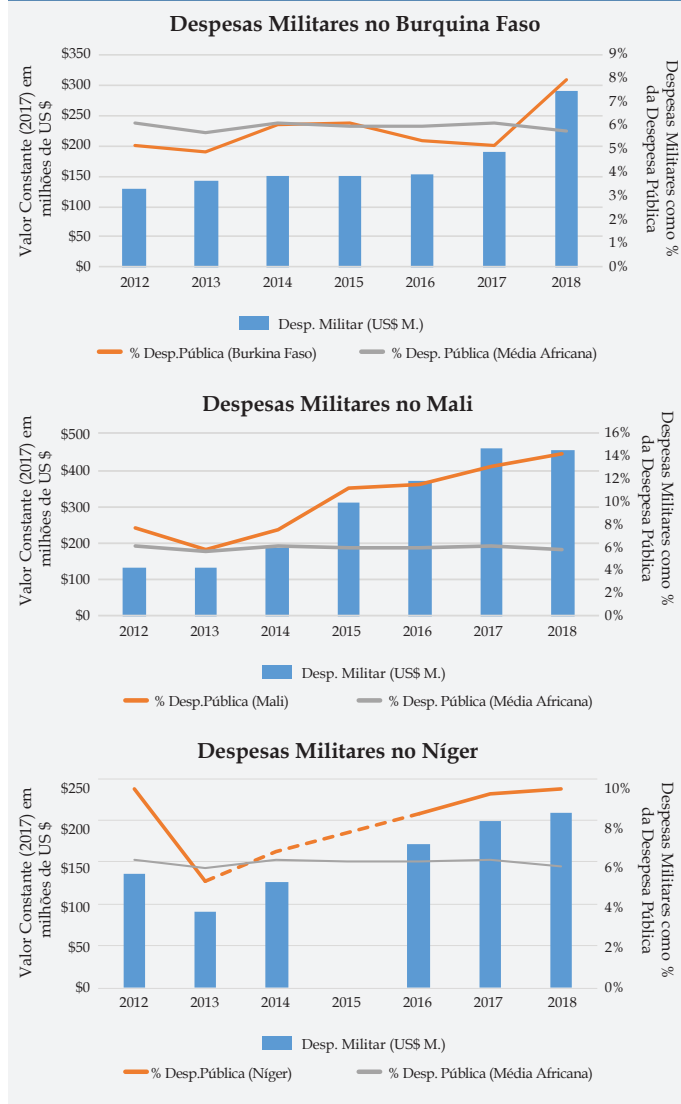
Apesar dos diversos desafios enfrentados, as forças de segurança, os funcionários públicos, as ONGs e as comunidades locais empreenderam uma série de iniciativas promissoras na luta às ameaças colocadas pelos FLM e ISGS, e pelo Ansarul Islam.

Respostas de Segurança

Os governos do Mali, do Burkina Faso e do Níger mobilizaram respetivas estruturas de segurança numa tentativa de resposta à crescente violência de grupos militantes islâmicos. Os orçamentos dedicados às forças armadas nos três países afetados, dobraram, desde 2013 - de 5,4 por cento da despesa pública, em média, para 10,6 por cento (Cf. Figura 3). Isto corresponde a um aumento de US \$600 milhões nas despesas militares nestes três países.

O aumento em despesas com segurança esteve associado ao reforço de forças militares. Em agosto de 2019 o Ministro da Defesa do Burkina Faso anunciou um aumento de 50 por cento do recrutamento anual. Como parte da reforma do setor de segurança, as forças de segurança e da gendarmaria do Mali tentaram acrescentar, respetivamente, 5.000 e 1.500 novos recrutas (acréscimo de cerca de 30 por cento e de 18 por cento). Os níveis das tropas nigerianas permaneceram em cerca de 10.000 soldados nos últimos anos, mas o aumento nas despesas militares dirigiu-se ao aumento de salários das tropas e à aquisição de equipamentos.

FIGURA 3. TENDÊNCIAS NAS DESPESAS MILITARES NO SAEL



Fonte de Dados: Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz em Estocolmo (SIPRI)

Em 2017, as forças armadas do Mali lançaram a Operação Dambé a qual mobilizou 4.000 soldados para 8 zonas abrangendo o Norte e o centro do Mali, para combater as atividades dos grupos extremistas violentos. A missão, que foi renovada em 2019, consiste na criação de uma atitude focada na população no Mali e ao longo da fronteira com o Burkina Faso e o Níger. Estes esforços são complementados por unidades móveis deslocadas para destabilizar as atividades dos grupos militantes islâmicos através do aumento de patrulhas. Enquanto as ameaças colocadas pela FLM no centro do Mali continuam, a crescente presença das forças de segurança indubitavelmente limitou a influência

do grupo extremista nos principais centros demográficos da região.

As forças armadas do Burkina Faso lançaram a Operação Otapuanu em março de 2019 para combater os insurgentes jihadistas na parte oriental do país e a Operação N dofou em maio de 2019 para as regiões do Norte, Centro-Norte e do Sahel. Em dezembro de 2019, o governo do Burkina Faso declarou igualmente o estado de emergência que cobriu 14 das 45 províncias do país. A Operação Otapuanu obteve algum sucesso ao limitar a capacidade do ISGS de atravessar facilmente o território. Por outro lado, a Operação N dofou teve dificuldades em reestabelecer a segurança no Norte, onde os militantes estão familiarizados com o meio ambiente e conseguem atravessar facilmente a fronteira para o Mali, tirando proveito do terreno.

No Níger, os militares lideraram várias operações conjuntas das forças especiais como a Operação Barkhane, liderada pelos franceses, visando os líderes dos grupos militantes islâmicos. O Níger tem continuamente colocado os 10 departamentos fronteiriços com o Mali e o Burkina Faso sob estado de emergência. Em abril de 2019, o Níger forneceu apoio aéreo e aumentou as tropas dedicadas a operações militares ativas nas regiões ocidentais do país – Dongo, Saki 2, e nas missões conjuntas de Dongo-Barkhane. O Saki 2 tem como alvo os bandidos armados, o Dongo proporciona maior proteção às comunidades, e as operações conjuntas de Dongo com Barkhane visam desmantelar as organizações extremistas violentas, com vista a perseguir alvos de alto valor. (Operações conjuntas análogas como as de Barkhane, são realizadas periodicamente pelas forças armadas do Mali e do Burkina Faso.)

Significativos esforços de segurança a nível regional procuraram igualmente melhorar a capacidade das forças armadas através de maior acesso a recursos, formação e equipamento.⁶ Isto ocorre através da Força Conjunta do G5 Sahel (que visa aprimorar a cooperação nas áreas de fronteiras comuns), as missões de formação da União Europeia no Mali e no Níger, a missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), e outros programas de desenvolvimento de capacidades. De 2015 até 2019, a Operação Barkhane neutralizou mais de 600 terroristas. Paralelamente, a capacidade da Barkhane de deslocar e de reforçar rapidamente forças regionais aumenta as suas capacidades contra o terrorismo.

Embora estas mobilizações tenham demonstrado um avanço significativo, a ameaça representada pelos grupos militantes islâmicos constitui ainda um sério motivo de preocupação. Adicionalmente, os grupos extremistas adaptaram as suas táticas com o uso de dispositivos explosivos improvisados (IEDs), bem como, de emboscadas contra as forças de segurança, na sequência de atividades de controlo das suas rotas de patrulha.

Reforçar a coesão social

Um desafio de segurança paralelo colocado pela FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam, consiste na ameaça à coesão social. Estes grupos procuraram explorar propositadamente as divisões sociais para alimentar a instabilidade. Isto resultou no aumento da violência intercomunitária. No Burkina Faso, isto ameaça a solidariedade que historicamente proporcionou estabilidade entre as diversas comunidades do Norte. Consequentemente, os esforços para promover a consolidação da paz e a coesão social são fundamentais.

Algumas iniciativas menores, mas eficazes, no Burkina Faso visaram mitigar tais ameaças fortalecendo os vínculos sociais. Em 2015, em colaboração com líderes das comunidades locais, o Instituto de Paz dos Estados Unidos (USIP) iniciou o Diálogo sobre Justiça e Segurança em Saaba, na Província de Kadiogo, para explorar maneiras para melhorar as condições de segurança. Este diálogo incluiu membros do Koglweogo (uma milícia de autodefesa formada principalmente por homens Mossi), mulheres, organizadores comunitários, representantes da juventude e políticos locais. Através deste diálogo, a comunidade envolveu-se num intercâmbio prolongado com a polícia e a gendarmaria do Burkina Faso. Este diálogo contribuiu para a redução nas tensões intercomunitárias, ao mesmo tempo que, reestabeleceu a confiança entre as forças de segurança e os membros da comunidade.

Outras iniciativas visaram providenciar uma plataforma para as preocupações das populações vulneráveis da região. Duas organizações para-estatais, a Alta Autoridade para a Consolidação da Paz (*“Haute autorité pour la consolidation de la paix”* – HACP), no Níger e o Centro de Monitorização e de Análise das Políticas Públicas (*“Centre de suivi et d’analyses citoyens des politiques publiques”* – CDCAP), no Burkina Faso, desempenham papéis importantes no envolvimento dos jovens e das comunidades do Sahel, mais suscetíveis às

mensagens dos grupos militantes islâmicos. Na Região do Tillabéri, no Níger, a HACP organiza diálogos comunitários para fazer um balanço dos projetos em curso, e para resolver deficiências. Quando estas interações são organizadas regularmente, elas permitem às comunidades expressarem as suas preocupações e garantem que sejam consideradas na elaboração das políticas públicas.⁷ Da mesma forma, no Burkina Faso, o CDCAP criou uma rede de sociedade civil, que reúne contribuições das populações, nas áreas afastadas, por meio de grupos de consultoria comunitária (quadros de concertação comunais- “*cadres de concertation communaux*”) para transmitir as suas opiniões às autoridades do Burkina Faso.⁸ Organizações de representantes locais, como estas, apresentam uma oportunidade inestimável para criar relações entre as autoridades tradicionais e os jovens.

As atividades da HACP e do CDCAP sugerem que o alargar do envolvimento comunitário pode reduzir a percepção de conflito e o ressentimento contra o governo. Atividades similares podem ser úteis no centro do Mali, à medida que o governo e os grupos locais procuram reestabelecer a segurança e ampliar a representação local. Ao fazer-se isto poderia estar-se a contribuir, ainda mais, para a redução do apoio limitado às organizações extremistas violentas.

Contudo, os atores que participam nas iniciativas ligadas ao governo, tornam-se muitas vezes em alvos de alto valor para os grupos militantes. Cada um dos grupos, a FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam, tem como alvos, assassinar os líderes comunitários e aterrorizar as comunidades, matando indivíduos suspeitos de colaboração com o governo. Isto ocorreu numa iniciativa semelhante na Região do Tillabéri, no Níger, onde o ISGS atingiu os principais líderes, numa tentativa de esmagar esforços em curso para fortalecer o diálogo intercomunitário. Portanto, para que qualquer iniciativa comunitária de consolidação da paz tenha êxito, os líderes comunitários têm de ser protegidos.

Alargamento do alcance do governo

Uma realidade do Sahel é o desafio que os governos enfrentam em manter a sua presença ao longo do vasto território, num ambiente de recursos limitados. Deste modo, qualquer estratégia de governação e segurança para o Mali, o Níger, e o Burkina Faso, irá requerer a criação de redes com uma variedade de intervenientes não-estatais, tais como líderes tradicionais, grupos comunitários e ONGs.⁹ Um exemplo

concreto é o que se passa no setor da justiça. No Burkina Faso, o Movimento do Burkina Faso sobre os direitos do homem e dos povos (“*Mouvement Burkinabé des droits de l’homme et des peuples*” – MBDHP) recebe reclamações, inicia ações legais e acompanha os clientes com advogados pro bono – nas situações em que as pessoas foram afetadas pelo conflito. Este importante trabalho ajuda a proporcionar algum apoio legal para as comunidades afetadas pela insegurança. Em outras partes da África, observou-se que mecanismos alternativos de resolução de conflitos que apoiam as instituições judiciais sobrecarregadas aumentam a percepção de justiça e, conseqüentemente, aumentam a estabilidade.¹⁰

As ONGs podem igualmente desempenhar um papel central na formação das forças de segurança para a melhoria do respeito dos direitos humanos e para combater possíveis abusos. No Burkina Faso, as organizações locais da sociedade civil, tais como o Centro de informação e formação no âmbito dos direitos humanos na África (“*Centre d’information et de formation en matière de droits humains en Afrique*” – CIFDHA) e o MBDHP providenciam, à polícia e à gendarmaria, formação no quadro dos direitos humanos e da consciencialização, tarefa igualmente desempenhada por organizações internacionais tal como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Atualmente, estas formações precisam de ser intensificadas e adaptadas, para todas as forças de segurança, antes de serem deslocadas para as áreas atingidas pela violência.

O setor da educação constitui uma outra área na qual a colaboração entre o governo, as ONGs e as comunidades locais têm mostrado resultados. Na região Sahel, a maioria das escolas públicas carece de financiamento, e – frequentemente – não consegue matricular todas as crianças, especialmente as que seguem um modo de vida nómada. Conseqüentemente, as crianças em comunidades pastorícias têm tradicionalmente frequentado escolas corânicas. Tais alunos encontram-se em desvantagem por não terem passado por um sistema educacional formal, o que lhes reduz a sua empregabilidade e os torna potencialmente mais suscetíveis à radicalização.¹¹ A associação IQRA uma ONG baseada em Ouagadougou, trabalha em colaboração com doadores estrangeiros e líderes religiosos, para criar e divulgar um currículo comum para as escolas corânicas.

RECOMENDAÇÕES

Não obstante terem sido concretizados alguns passos significativos para combater a FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam, há ainda muito por fazer. Considerando as estratégias multifacetadas implementadas por estes grupos, será necessário um conjunto diversificado de respostas para derrotá-las.

Manter uma presença de segurança nas áreas marginalizadas.

O Mali, o Níger, e o Burkina Faso tomaram algumas medidas encorajadoras na luta contra a FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam através de operações militares tais como Dambé, Dongo, Otapuanu, Ndofoou, e Saki 2. Estas operações precisam de apoio contínuo para desgastar eficazmente as capacidades dos grupos militantes islâmicos. Para derrotar os grupos militantes islâmicos será crítico complementar estas operações com o uso de forças de resposta-rápida, aumentando a mobilidade de unidades específicas para fortalecer posições, e atingir estes grupos à medida que são obtidas informações a seu respeito. O conceito de operações no Mali atualizado em 2019 mostra a necessidade de alterar as estratégias usadas para ofensivas altamente móveis e reforços de resposta-rápida para combater as táticas assimétricas destes grupos.

Este conceito aplica-se especialmente ao caso da luta contra o ISGS, que tem na sua mobilidade rápida uma vantagem tática sobre as forças armadas do Burkina Faso e do Mali. Aumentar a mobilidade de unidades específicas irá reforçar a postura defensiva das tropas estacionadas nas bases estratégicas, e perturbar as capacidades da coligação JNIM de se coordenar entre si.

Para as tropas já destacadas para proteger as comunidades nas zonas cobertas por estas operações, é necessário um maior esforço para integrar os líderes e representantes da comunidade no planeamento da segurança. O estabelecimento de equipas de ligação entre as comunidades e os batalhões poderia gerar um ponto de contato entre as várias partes envolvidas, garantindo assim que as linhas de comunicação permaneçam claras e abertas. Melhorar a coordenação desta forma iria reforçar a capacidade das tropas para responder às necessidades de segurança da comunidade.

Um elemento-chave para sustentar e alargar a presença de segurança nas áreas marginalizadas consiste em proporcionar melhor proteção aos líderes e aos membros da comunidade que colaboram com representantes do

governo e com as forças armadas, para que estes não temam as represálias dos extremistas violentos. Portanto, as forças armadas precisam de garantir que as comunidades serão protegidas. Isto é especialmente importante na luta contra a FLM, que se encontra enraizada em várias comunidades do centro do Mali.

Melhorar a segurança nas regiões fronteiriças. As vastas regiões fronteiriças dos países saelianos escassamente patrulhadas oferecem refúgio aos militantes islâmicos. Proporcionam, igualmente, fontes de receita exploráveis por tais grupos, proporcionando-lhes ligações com redes de armas, drogas e de tráfico humano, para além de lhes oferecerem um extenso território expansivo no qual podem impor regimes de proteção às comunidades.¹² O ISGS, em particular, beneficiou desta situação, dum ponto de vista tático, e aumentou o acesso a equipamento, financiamento e comunicações, enquanto fortalecia as ligações com outras organizações extremistas ativas no Sahel.

A Força Conjunta do G5 Sahel está numa posição privilegiada para ajudar as regiões fronteiriças, além de proporcionar uma plataforma para coordenar e fortalecer a colaboração para a segurança regional. A Força Conjunta do G5 Sahel e as forças armadas nacionais do Mali, do Níger, e do Burkina Faso deveriam levar em consideração a mobilização de forças rápidas ou unidades não tradicionais, capazes de responder as ameaças oriundas das extensas áreas terrestres, bem como ao longo da fronteiras dos países. Os governos deverão considerar a reestruturação das respetivas forças armadas para melhor enfrentar os desafios apresentados pela guerra assimétrica e pelos adversários com elevada mobilidade.¹³ Isso irá exigir uma melhor coordenação e colaboração transfronteiriça, incluindo a partilha de informações.

Reforçar o envolvimento governamental com as comunidades locais. Uma lição constante das ONGs no Níger e no Burkina Faso mostra que a presença governamental nas comunidades locais pode fazer com que os governos ganhem novamente o apoio das comunidades nas quais a sua autoridade foi impugnada por grupos militantes islâmicos. Isso significa que no Mali e no Burkina Faso, melhorar as relações entre os civis e as forças de segurança deve tornar-se uma prioridade, e que no Níger estas relações deveriam ser aprofundadas. Apoiar uma maior profissionalização das forças armadas contribui diretamente para o sucesso das operações militares no terreno e para a

confiança que as comunidades locais depositam nas forças de defesa e de segurança.¹⁴

Ao responder à FLM, ao ISGS, e ao Ansarul Islam por vezes de forma em que são violados os direitos humanos e em que as populações locais são vítimas de abusos, as forças de segurança do Mali, do Burkina Faso e - em menor escala as do Níger - podem ter empurrado alguns dos indivíduos mais vulneráveis a unir-se a estes grupos para proteção ou por vingança. Para prevenir o reitar destas ações nocivas, é de importância crítica que as respostas de segurança sejam implementadas de forma que as forças armadas demonstrem o mais alto nível de profissionalismo e que as autoridades civis garantam uma supervisão estreita e constante do envolvimento das forças de segurança. Da mesma forma, para que qualquer iniciativa de promoção da paz seja eficaz, é necessário confiar nas forças de segurança para garantir a segurança dos intervenientes envolvidos nas negociações de paz e intercomunitárias.

Melhorar a capacidade das autoridades de fazer justiça.

Reforçar a percepção de que a justiça é possível ajudará a restaurar a confiança entre as comunidades e os governos. A aplicação eficaz e imparcial da justiça transmite aos cidadãos uma mensagem de que os grupos extremistas violentos enfrentarão repercussões pela instabilidade que causaram na sociedade. A justiça implica igualmente responsabilização dos funcionários públicos e agentes de segurança corruptos que cometem abusos dos direitos humanos (mesmo que em nome do combate ao terrorismo).

Poucos dos massacres cometidos na região do Sahel foram detalhadamente investigados. O número de perpetradores que foram levados a julgamento é ainda menor. De formas distintas, a FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam impulsionaram esta narrativa para convencer alguns indivíduos de que a melhor solução é obter justiça pelos seus próprios meios. Portanto, é crucial fortalecer as capacidades de investigação do poder judiciário e das forças de segurança no Mali, no Burkina Faso, e no Níger. A injustiça e a alegada falta de imparcialidade do Estado são aspetos essenciais das narrativas que promovem o extremismo violento. Administrar a justiça por meio de decisões jurídicas e de sentenças adequadas irá reduzir o apoio a grupos militantes.

Criar uma “*gendarmérie prévôtale*” – (polícia jurídica militar), ou outro serviço equivalente, estabeleceria a autoridade

necessária para impor processos jurídicos dentro das forças armadas destacadas nas zonas afetadas por conflito. A gendarmaria e a polícia deveriam estar equipadas com o pessoal e os recursos necessários para lidar com as denúncias de violações dos direitos humanos. O desempenho destas tarefas reforçará a legitimidade institucional, e proporcionará evidências do compromisso dos governos com o estado de direito. Tropas específicas poderiam ser designadas como “referentes aos direitos humanos,” antes e durante qualquer operação. Tal designação atribuiria às tropas em questão a responsabilidade de garantir o cumprimento das disposições do conflito armado e do direito internacional humanitário.

Os membros da “*gendarmérie prévôtale*” – Polícia Jurídica militar também deveriam ser responsáveis por recolher provas e pela investigação dos suspeitos, incluindo os presos acusados de terrorismo pelas forças armadas. Isso iria garantir que os indivíduos suspeitos fossem levados a julgamento, e, eventualmente recebessem a sentença correta, limitando assim a libertação de terroristas, por falta de provas incriminatórias

Contra-narrativas radicais que exacerbam as tensões sociais.

A FLM, o ISGS, e o Ansarul Islam têm utilizado várias plataformas de comunicação social para promover um discurso radical e espalhar uma interpretação extremista do Islão, que defende a violência. Acredita-se que Amadou Koufa tenha sido radicalizado pela seita paquistanesa Dawa, um grupo que fundou mesquitas e madrassas no Mali durante a primeira década de 2000, e adere a uma visão anacrônica do Islão.

Portanto, para abordar a componente ideológica da abordagem dos militantes islâmicos, será necessário trabalhar com os líderes religiosos a fim de estabelecer e implementar diretrizes que regulem o financiamento das atividades e da educação religiosa. Isso deveria ser complementado por esforços para ampliar as vozes da não-violência, as quais há muito tempo têm sido a norma no Sahel.

O rastreamento de financiamento externo e, quando necessário, a proibição de financiamento que apoia grupos, escolas ou institutos religiosos promotores de violência, ajudaria a impedir a difusão de narrativas extremistas. Tais ações ajudariam a transmitir mensagens de coexistência pacífica dentro e entre comunidades religiosas e impedir que membros descontentes da sociedade pensem que a violência é a melhor forma de expressão.

NOTAS

- 1 Pauline Le Roux, “Confronting Central Mali’s Extremist Threat,” *Spotlight*, Centro de estudos estratégicos de África, 22 de fevereiro, de 2019.
- 2 Pauline Le Roux, “Exploiting Borders in the Sahel: The Islamic State in the Greater Sahara,” *Spotlight*, Centro de estudos estratégicos de África, 10 de junho de 2019.
- 3 Pauline Le Roux, “Ansaroul Islam: The Rise and Decline of a Militant Islamist Group in the Sahel,” *Spotlight*, Centro de estudos estratégicos de África, 29 de julho de 2019.
- 4 Este resumo concentra-se no extremismo violento na região do Sahel e exclui a violência na Bacia do Lago Chade e no Sudeste do Níger ou Chade ocidental.
- 5 Entrevista com a Associação dos Pastores Fulani do Tillabéri (“Association des éleveurs peuls du Tillabéri”) no Niamey.
- 6 “A Review of Major Regional Security Efforts in the Sahel,” Infográfico, Centro de estudos estratégicos de África, 4 de março de 2019.
- 7 Entrevista com a Alta Autoridade para a Consolidação da Paz (“Haute autorité pour la consolidation de la paix” – HACP) no Niamey.
- 8 Entrevista com o Centro de Monitoramento e Análise das Políticas Públicas (“Centre de suivi et d’analyses citoyens des politiques publiques” – CDCAP) em Ouagadougou.
- 9 Fransje Molenaar, Jonathan Tossell, Anna Schmauder, Rahmane Idrissa, e Rida Lyammouri, “The Status Quo Defied: The Legitimacy of Traditional Authorities in Areas of Limited Statehood in Mali, Niger and Libya,” *CRU Report* (Aia: Centro Clingendael para os Estudos Estratégicos, 2019).
- 10 Ernest Uwazie, “ – Resolução Alternativa de Litígios em África: Prevenir o Conflito e Reforçar a Estabilidade,” *Resumo de Segurança na África N. 16* (Washington, DC: Centro de Estudos Estratégicos de África, 2011).
- 11 Entrevista com o Círculo de Estudos de pesquisa e formação islâmica (“Cercle d’études de recherches et de formation islamique” – CERFI) em Ouagadougou.
- 12 Wendy Williams, “Shifting Borders: Africa’s Displacement Crisis and Its Security Implications,” *Artigo de investigação No. 8* (Washington, DC: Centro de estudos estratégicos de África, 2019).
- 13 Helmoed Heitman, “Otimizar as Estruturas das Forças de Segurança em África,” *Resumo de Segurança na África N. 13* (Washington, DC: Centro de estudos estratégicos de África, 2011).
- 14 Mathurin C. Hougnikpo, “Militares em África: Elemento em Falta nas Transições Democráticas,” *Resumo de Segurança na África No. 17* (Washington, DC: Centro de estudos estratégicos de África, 2012).



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Kate Almquist Knopf, Diretora
National Defense University
Fort Lesley J. McNair
Washington, DC 20319-5066
+ 1 202 685-7300
www.africacenter.org

Resumos de segurança em África
Joseph Siegle, Ph.D.
Diretor de Pesquisa
sieglej@ndu.edu
+1 202 685-6808
ISSN 2164-4047

O Centro de estudos estratégicos de África é uma organização académica estabelecida pelo Departamento de Defesa que serve como um fórum objetivo para pesquisa, programas académicos e troca de ideias. As séries de Resumo de Segurança em África apresenta pesquisas e análises com o objetivo de promover a compreensão sobre as questões de segurança na África. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Centro.